

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 84 - Brasília, quarta-feira, 27 de setembro de 1995

CAE institui maior rigor na privatização

Os integrantes do Conselho Nacional de Desestatização e dirigentes das empresas a serem privatizadas não poderão participar da administração dessas companhias quando elas passarem para a iniciativa privada.

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem substitutivo do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) a uma proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que estabelece esse impedimento.

O objetivo do projeto é dar maior transparência ao processo de privatização. O projeto terá que passar por uma segunda votação dentro da própria CAE. Caso seja aprovado em segundo turno pela comissão, e não havendo recurso para exame da matéria pelo plenário, o projeto será tido como aprovado pelo Senado e encaminhado imediatamente à apreciação da Câmara.



A Comissão de Assuntos Econômicos criou impedimentos para quem dirige empresa a ser privatizada

Senado aprova a nova Lei Eleitoral

Entre as alterações está a redução do prazo para propaganda gratuita e a permissão de se divulgar pesquisa no dia do pleito

Senadores ouvem hoje razões de Jatene para contribuição

Diante da urgência na discussão e votação, pelo plenário do Senado, do projeto de lei que regulamenta as eleições municipais do próximo ano, foi adiado para hoje, às 15h30, o comparecimento do ministro da Saúde, Adib Jatene, ao plenário do Senado, para prestar esclarecimentos sobre a política de financiamento do sistema de saúde. O depoimento estava previsto para ontem.

Terminou ontem o período de cinco dias de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que institui contribuição sobre movimentação financeira destinada à área de saúde. A proposta voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para exame de emenda oferecida em plenário. Após o pronunciamento da comissão, a matéria retornará ao plenário,

para votação em primeiro turno.

O secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, participa hoje, às 10h, de audiência pública da Comissão Mista de Orçamento. A reunião será no Plenário 8 da Câmara dos Deputados. O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, não pôde comparecer à audiência pública da Comissão Mista que havia sido marcada para a tarde de ontem, devendo ser definida outra data para o seu comparecimento.

O secretário especial de Políticas Regionais, Cícero Lucena, comparecerá hoje, às 18h, à Comissão de Assuntos Econômicos para fazer uma exposição sobre as relações entre o Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia) e ações no plano de desenvolvimento da Amazônia.

Em votação que se encerrou nas primeiras horas de hoje, o plenário do Senado aprovou o projeto de lei que regulamenta as eleições municipais do próximo ano, introduzindo inúmeras mudanças no texto oriundo da Câmara dos Deputados.

Entre as principais alterações aprovadas estão o estabelecimento de uma compensação fiscal às emissoras de rádio e televisão pelo horário gratuito cedido, a liberação para que os institutos especializados divulguem os resultados de pesquisas livremente, inclusive até o dia do pleito, e a permissão para a realização de apresentações musicais durante os comícios.

Os senadores decidiram reduzir de 60 para 30 dias a propaganda eleitoral gratuita no rádio (90 minutos diários) e televisão (30 minutos), exceto aos domingos, e estabelecer o direito de resposta no horário eleitoral a todos os atingidos, inclusive aos não candidatos.

Aprovou-se também que no mínimo 20 por cento das candidaturas serão destinados às mulheres.

NESTA EDIÇÃO

Hollanda quer novo papel para Sudene

Página 3

Homenagem a Zumbi

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ), presidente da Comissão Especial do Senado incumbida de organizar a homenagem a Zumbi, pelo tricentenário de sua morte, apresentou ontem a programação de uma série de eventos. Página 2

Homenagem a Zumbi tem programação



Benedita

Encontro parlamentar pela democracia racial, com a presença de parlamentares brasileiros e estrangeiros; uma semana sobre o negro

no cinema brasileiro; e exposição de arte negra no Congresso Nacional são eventos que compõem o programa de comemoração dos 300 anos de Zumbi.

O programa foi apresentado ontem a diretores do Senado pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), presidente da Comissão Especial da Casa incumbida de organizar a homenagem a Zumbi, em razão do tricentenário da sua morte.

Estiveram presentes à reunião da comissão o primeiro vice-presidente do Senado, Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) e o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA). No encontro foram discutidos assuntos relacionados à promoção do evento.

Professor aponta tirania da mídia

Comissão de Rádio e TV ouve apelo em favor da imediata instalação do Conselho de Comunicação Social



Murilo (E) ao lado do presidente da Comissão, Hugo Napoleão

A importância do momento que o país vive, com a convergência tecnológica entre TV, telefonia e informática, foi destacada, ontem, na Comissão de Rádio e TV, pelo professor de Comunicação Social da UnB, Murilo César Ramos. Segundo ele, é a oportunidade que o Congresso tem de reverter "a maior tirania que os meios de comunicação exercem sobre a sociedade: a omissão deliberada de qualquer discussão significativa sobre seus interesses".

Murilo defendeu a instalação imediata do Conselho de Comunicação Social - idéia com a qual concordou o relator da Comissão, senador Pedro Simon (PMDB-RS). O senador disse que o presidente do Senado, José Sarney, já tem uma proposta de projeto para equacionar a questão.

O presidente da Comissão, senador Hugo Napoleão (PFL-PI), informou que as reuniões foram transferidas para as quartas-feiras, às 10h, e que o próximo convidado será o autor e roteirista da TV Globo, Dias Gomes.

Josaphat quer solução para poupanças no Econômico

O Banco Central chegou a informar que estudava a possibilidade de liberar poupanças e aplicações superiores a R\$ 5 mil de correntistas do Banco Econômico, sob intervenção do governo, mas até agora nada aconteceu. A cobrança foi feita em plenário pelo senador Josaphat Marinho (PFL-BA), ao comentar notícia de que um grupo privado poderá comprar o ban-

co baiano.

- O problema não é estritamente legal. É ético. O povo confiou no governo ao aplicar no Banco Econômico, que sempre foi fiscalizado pelo Banco Central. Agora, há risco de se perder toda aplicação superior a R\$ 5 mil. Uma viúva ou um aposentado dificilmente conseguirá recuperar suas poupanças novamente - lamentou Josaphat.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

10h - Despacho interno.

10h30 - Recebe o senador José Fogaça e a Comissão da Fenamilho.

11h25 - Recebe o diretor do jornal "O Liberal", jornalista Ossian Brito.

11h45 - Participa do encerramento do I Seminário de Avaliação das Relações entre o Mercosul e a União Europeia.

14h30 - Preside Sessão Ordinária do Senado.

17h30 - Participa da inauguração da Ala Senador Dinarte Mariz (ao lado do Banco do Brasil)

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: *Projeto de Resolução nº 93/95, que autoriza a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD a contratar operação de crédito externo (Em discussão).

*Comparecimento do ministro da Saúde, Adib Jatene, para prestar os esclarecimentos sobre a política de financiamento do sistema de saúde.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Reunião conjunta da CCJ com a Comissão Especial destinada a elaborar projeto de resolução reformando o Regimento Interno.

Pauta: Apreciação do Projeto de Resolução nº 66/95, que altera o Regimento Interno do Senado Federal. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Votação dos destaques ao projeto de Lei de Patentes, relatado pelo senador Fernando Bezerra, com parecer favorável, nos termos do substitutivo.

Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Discussão das emendas coletivas da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura ao Orçamento da União para o ano de 1996. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização

Pauta: Audiência Pública com o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal. Local: Plenário 8 da Câmara dos Deputados.

10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Diversas matérias, destacando-se a *PEC nº 26/95, que prorroga a vigência da Lei Orçamentária para o exercício financeiro seguinte. Local: Sala 03, Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Debate sobre o PLC nº 151/92, que trata da extinção da contribuição sindical. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão do Calha Norte

Pauta: Depoimento do ministro da Justiça, Nelson Jobim. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - CPI da Mineração

Pauta: Depoimento do Bispo de Boa Vista, Dom Aldo Mogiano. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

18h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do Secretário Especial de Políticas Regionais, Cícero Lucena, sobre as relações entre o Sipam e ações no Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

Comissão vota amanhã emenda do petróleo

Na CCJ, relator Ronaldo Cunha Lima lê parecer contrário a alterações no texto que flexibiliza o monopólio estatal e Íris Rezende concede vista coletiva por 48 horas

Senado vai inaugurar Ala Dinarte Mariz

O presidente do Senado, José Sarney, inaugura hoje, às 17h30min, a Ala Senador Dinarte Mariz. De iniciativa do senador José Agripino (PFL-RN), a designação é uma homenagem póstuma ao ex-parlamentar pelo Rio Grande do Norte. Localizada no térreo do edifício principal, a nova ala é limitada pela agência do Banco do Brasil e pela Subsecretaria de Taquigrafia.

Amorim denuncia irregularidade na pesquisa mineral

O senador Ernandes Amorim (RO) denunciou em discurso que um grupo empresarial brasileiro já possui 4 mil requerimentos de pesquisa mineral, que serão vendidos a empresas estrangeiras assim que elas começarem a investir no país, como resultado da emenda constitucional que abre o setor ao capital multinacional. Por isso, ele apresentou emenda ao projeto de reforma do Código de Mineração proibindo a venda de requerimentos e alvarás de pesquisa.

Outra emenda objetiva reativar o regime de matrículas para garimpagem, em vigência até 1989, que permite ao garimpeiro trabalhar em qualquer área não titulada para grupos empresariais. Ernandes Amorim explicou que a Lei nº 7.805, de 1989, acabou com a matrícula para garimpeiros até a regulamentação das áreas destinadas à garimpagem. No entanto, o governo não tem determinado áreas para garimpagem. Assim, milhares de pessoas vêm trabalhando irregularmente e centenas de garimpeiros estão respondendo a processo criminal.



Íris (C) preside reunião da CCJ em que foi lido parecer sobre emendas

Hollanda defende novo papel para a Sudene

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) ressaltou ontem que a superação das desigualdades regionais do país depende de um planejamento estratégico nacional a ser viabilizado, no caso do Nordeste, pela Sudene.

Hollanda lembrou que políticas federais equivocadas acabaram esvaziando o órgão em seu papel original dentro do sistema federal de planejamento, limitando-o e subordinando-o a escalões regionais.



Joel de Hollanda

O senador sugeriu que a Sudene seja subordinada à Presidência da República e que órgãos tipicamente regionais, como Chesf (Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco), Dnocs (Departamento Nacional de Obras contra a Seca), Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), entre outros, tenham suas programações anuais compatibilizadas num plano regional pelo conselho deliberativo da Sudene.

Unificação de IPI e ICMS é salto no escuro, alerta Ademir

A unificação do IPI (federal) com o ICMS (estadual), prevista na proposta de emenda da reforma tributária enviada pelo governo ao Congresso, "é um perigoso salto no escuro", alertou ontem em plenário o senador Ademir Andrade (PSB-PA). Para ele, a simplificação poderia ser útil, mas é difícil confiar "nesse exercício futurista".

Ademir lembrou que o deputado Francisco Dornelles, um estudioso da administração tributária, "declarou que não consegue imaginar como seria possível cobrar esse novo imposto". Ao analisar a emenda tributária do governo, o senador lamentou que ela não contribui para reduzir "as brutais deformações e injustiças do nosso sistema tributário".

O relator da proposta de emenda à Constituição que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), leu ontem, em reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), seu parecer contrário a três emendas de plenário oferecidas à matéria. A votação foi adiada para amanhã (28), às 10h, em razão de vista coletiva, por 48 horas, concedida pelo presidente da CCJ, senador Íris Rezende (PMDB-GO).

Ronaldo Cunha Lima manifestou-se "constrangido" ao rejeitar, mais uma vez, as emendas dos senadores Antonio Carlos Valadares (PP-SE), Roberto Freire (PPS-PE) e Júnia Marise (PDT-MG), já apresentadas anteriormente na comissão. Isso porque as medidas previstas nas emendas, e com as quais o relator concorda, foram asseguradas em carta enviada pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao presidente do Senado, José Sarney, de modo a evitar que a proposta de emenda retorne à Câmara dos Deputados.

Fernando Henrique garantiu, na carta, que a Petrobrás não será privatizada, e que a estatal terá exclusividade nas áreas em que já explora o petróleo. Mas permaneceu uma dúvida em relação a uma outra garantia, dada pelo presidente da República, de que a flexibilização do monopólio seria regulada por lei complementar, que exige quórum qualificado, conforme propõe a emenda da senadora Júnia Marise.

Na mesma reunião, a CCJ aprovou projeto da Câmara que regulamenta o planejamento familiar, com parecer favorável do senador Roberto Freire. O projeto foi aprovado na forma do substitutivo oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Lauro condena poder econômico em eleição

Para senador, manifestação da vontade popular pode ser impedida ou manipulada, e "até o PT está sendo vítima porque se aproximou do padrão ético da burguesia selvagem e egoísta"

A presença do poder econômico no financiamento de campanhas e de pesquisas eleitorais foi condenada ontem pelo senador Lauro Campos (PT-DF). Em sua opinião, o poder econômico impede a manifestação da vontade popular ou a manipula. "Até mesmo o PT está sendo vítima dessa presença



Lauro Campos

avassaladora por se ter aproximado do padrão ético da burguesia selvagem e egoísta", disse ele.

Argumentando em defesa de emendas ao projeto de lei que regulamenta as eleições municipais de 1996, aprovado ontem pelo Senado, Lauro Campos afirmou que há um padrão ético próprio aos trabalhadores,

em oposição aos dos capitalistas. Para o senador, ao permitir contribuições de pessoas jurídicas e a divulgação de pesquisas eleitorais, a proposta é coerente com o padrão ético dos que detêm o poder econômico.

Lauro Campos afirmou também que não acredita em pesquisas eleitorais e que elas, em nome da liberdade de expressão, manipulam a opinião pública e não sofrem qualquer fiscalização.



Emília Fernandes

Valadares: punição a crime eleitoral

Apesar de conter imperfeições e do pouco tempo reservado ao Senado para apreciação, o projeto de lei eleitoral ontem aprovado "dá para ser aplicado", considerou o senador Antônio Carlos Valadares (PP-SE). Ele destacou principalmente o artigo do projeto que trata dos crimes eleitorais, para os quais disse esperar punição exemplar.

No entendimento do senador, as leis eleitorais brasileiras sempre transformaram em letra morta o capítulo relativo a crimes eleitorais. A última, que estabeleceu as normas para as eleições gerais de 1994, foi desobedecida em todo o país, segundo Valadares. Mas ele disse confiar em que, no próximo pleito, a Justiça Eleitoral puna exemplarmente os culpados.

Simon defende debate no Congresso sobre reeleição

O Brasil deveria fazer como os Estados Unidos e a França e também permitir uma reeleição para presidente, governador e prefeito, afirmou o senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao defender o instituto da reeleição, tese que poderia ser debatida com profundidade pelo Congresso Nacional. "Nada de prorrogação e nem mandato-tampão", disse Simon, manifestando-se "radicalmente contra a coincidência de mandato".

A lei americana, segundo Simon, permite uma reeleição, mas quem ocupa a Casa Branca por oito anos jamais poderá se candidatar ao mesmo cargo, e o Brasil, a seu ver, poderia adotar o mesmo critério utilizado pelos países mais modernos. O sena-



Pedro Simon

dor informou que, na Câmara dos Deputados, há projeto que estabelece reeleição em todos os níveis, e fez um apelo ao presidente daquela Casa, deputado Luiz Eduardo Magalhães, no sentido de que a matéria seja colocada em discussão.

"O governador ou prefeito não seria candidato nato, mas a chance da reeleição poderia evitar, por exemplo, a questão das obras inacabadas e das despesas escandalosas", disse o senador.

Quanto ao projeto sobre reeleição, de autoria do deputado Mendonça Neto, Pedro Simon informou que sua tramitação na Câmara estaria dependendo de entendimento com o presidente da República.

Emília quer mulheres nos partidos

A ampliação da participação das mulheres nos partidos, no sentido de destinar ao sexo feminino até 30% das vagas de candidatos nas eleições, foi defendida pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS). Segundo a senadora, que apresentou emenda com este fim, ainda existe discriminação na hora de os partidos políticos apresentarem candidatos. "Apesar de representarem 46% do eleitorado, as mulheres só participam com 6% dos membros do Congresso", afirmou.

Emília observou que no ritmo atual a paridade da participação de mulheres de todo o mundo nas bancadas políticas só acontecerá daqui a 400 anos. A emenda foi apoiada pelas senadoras Marina Silva (PT-AC), Júnia Marise (PDT-MG), Marluce Pinto (PTB-RO), Benedita da Silva (PT-RJ) e pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Roberto Arruda (DF).

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.